



## **ESTADO DE MATO GROSSO**

LEI Nº 3 778 DE 20 DE SETEMBRO DE 1 976.

Altera preceitos da Lei nº 3,452, de 26 de novembro de 1 973, que dispõe sobre a execução, no Estado, do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP) e dá outras providências.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 1º, o inciso I do artigo 2º e os artigos 3º e 5º da Lei nº 3.452, de 26 de novembro de 1 973, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências necessárias à participação do Estado no Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP), com os seguintes objetivos:

I - reduzir gradualmente, até sua eliminação, o deficit estadual de habitações para familias com renda equivalente a até cinco vezes o maior salário mínimo vigente no país, ou até 22 UPC, admitido, alternativamente, o maior dos dois valores;

II – propiciar atendimento da demanda de habita
ções das novas famílias, na mesma faixa de renda;

TII - proponcionar condições para melhoria e am pliação de habitações já existentes;

IV – apoiar e ampliar programas e projetos de de

senyolvimento comunitário".

senvolvimento comuni

Most

IMPL Fis. 264 Rub.

"Artigo 2º - Para cumprimento desta lei, poderá o Poder Executivo:

I - celebrar, com o Banco Nacional da Habitação (BNH), convênio institutivo do PLANHAP, a nível estadual, aditando-o quanto se fizer necessário, observados as normas específicas no BNH sobre o assunto".

"Artigo 3º - O FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPU LAR (FUNDHAP) terá valor suficiente para cobrir as despesas próprias a sua gestão e às necessidades financeiras, decorrentes das responsabilidades que lhe forem atribuídas na execução do PLANHAP, consoante as normas específicas do BNH e os termos do convênio referido no inciso I do artigo 2º".

Artigo  $5^{\circ}$  - O Poder Executivo fará incluir, nas propostas orçamentárias anuais, inclusive as relativas ao Orçamento Plurianual de Investimentos, dotações suficientes para cobertura das responsabilidades financeiras do Estado, oriundas do cumprimento da presente lei.

§ 1º - Sem prejuizo do disposto no artigo 4º e no "caput" deste, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor equivalente a 1.267.600 UPC (hum milhão, duzentos e sessenta e sete mil e seiscentas Unidades - Padrão de Capital do BNH), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no quadriênio 1 976/1 979.

§ 2º - Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos, concedidos pelo BNH a entidades da administração indireta do Estado, inclusive às COHABS e aos Municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no aludido quadriênio.

§ 3º - Para satisfazer, no atual exercício, às responsabilidades provenientes desta lei, o Poder Executivo

Der



fica autorizado a abrir, de uma só vez ou parceladamente, cré dito especial, indicando sempre a origem do recurso".

Artigo 2º - Os atos, contratos e outros documen tos, em que as Companhias de Habitação Popular (COHABs) e ou tros Agentes Promotores do PLANHAP no Estado, devidamente cre denciados pelo BNH, sejam partes interessadas, ficam de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza.

Parágrafo Único - Nos processos judiciais e nos atos e documentos do foro extra-judicial, de cartórios, de tabeliães, registros civis, registros de imóveis e registros de títulos e documentos, as custas e emolumentos dos serven tuários respectivos, que devam ser pagas pelas entidades in dicadas no "caput" deste artigo, sofrerão uma redução de ċin quenta por cento (50%) sobre os níveis vigentes na data dos atos a que se referirem.

Artigo 3º - Entrará esta lei em vigor à data đе sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, emespecial, os artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 3.452, ora altera da.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 20 de setembro đе 1 976, 155º da Independência e 88º da República.

Registrada as fr. 204 à 206, de livre competente. Chai-10.02.87